

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PELA EXTENSÃO ACADÊMICA: O EMPODERAMENTO DO PROFISSIONAL CATADOR PELA LINGUAGEM

Universidade de Cruz Alta/ Brasil

Enedina Maria Teixeira da Silva¹

Fabiane da Silva Veríssimo²

Gesi Gladis Krössin Becker³

Ieda Márcia Donati Linck⁴

Isadora Wayhs Cadore Virgolin⁵

Resumo

A extensão acadêmica possibilita a criação de um espaço de interlocução da universidade com a sociedade, contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento. Deve ter como objetivo a busca pela emancipação dos envolvidos, evitando situações de dependência e assistencialismo. A educação, seja ela formal ou não, deve ter como finalidade fazer com que o sujeito se sinta livre da opressão, da ignorância e da invisibilidade social, com direito a vez e voz. Pelo domínio da língua é que ele poderá usufruir desse direito, podendo, assim,

¹ Professora adjunta da Unicruz/RS e Coordenadora do Projeto do Profissão Catador da Unicruz/RS. Mestre em Engenharia de Produção pela UFSM. Bacharel em Ciências econômicas pela UFSM. eteixeira@unicruz.edu.br

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Integrante da Pesquisa Comunicação Televisual – COMTV - Colaboradora Voluntária do Projeto. E-mail: fabinhaverissimo@hotmail.com

³ Professora do Curso de Agronomia Unicruz. Professora do Estado do RS. Professora do Proenem/Unicruz. Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Unifra. Graduação em Agronomia pela UPF. Formação Pedagógica Habilitação - Química Licenciatura para a educação básica e Especialização em Docência do Ensino Superior pela Unicruz. Especialização em Educação Ambiental / UFSM. E-mail: gesibecker@gmail.com

⁴ Professora Adjunta da Universidade de Cruz Alta/RS e Coordenadora do Proenem/Unicruz. Doutora em Linguística UFSM/Brasil e UA- Portugal. Mestre em Linguística pela UPF/Brasil. Mestre em Educação/ Uninorte/PY. Licenciada em Letras Português/Inglês/Unicruz. Especialista em Leitura e Produção Textual e Educação de Jovens e Adultos. Membro do GEL, NEPPS. E-mail: imdlinck@gmail.com

⁵ Professora adjunta da Universidade de Cruz Alta/RS e Coordenadora da Incubadora e Aceleradora Tecnológica de Negócios Sociais da Unicruz. Doutora, Mestre e Assistente Social pelo Programa em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: ivirgolin@unicruz.edu.br

argumentar com propriedade, defender sua opinião, exigir seus direitos, para poder exercer sua cidadania. Tendo por base esses princípios, o Projeto de Extensão “Educação Formal às Famílias do Projeto Profissão Catador: Organizando Saberes para a Formação Cidadã”, aqui discutido e relatado, surge como uma iniciativa social de educação linguística aos participantes do Projeto Profissão Catador, desenvolvido pela Universidade de Cruz Alta/RS, há dez anos.

Considerações iniciais

Ter acesso a uma educação de qualidade é assegurado constitucionalmente, um direito de todo o cidadão, independentemente de sua faixa etária ou condição social. É seu direito também que lhe sejam proporcionadas as condições de permanência com sucesso no ambiente escolar, pois a educação é possível e necessária a todos e deve zelar pela conservação do caráter social que lhe é conferido. Quando isso não ocorre na educação formal, é preciso pensar outras alternativas para resolver a questão. É o que propomos no projeto “Educação Formal às Famílias do Projeto Profissão Catador: Organizando Saberes para a Formação Cidadã”. Por meio dele, buscamos o empoderamento pela linguagem aos profissionais catadores de Cruz Alta - RS para a sua inserção social, a partir do poder comunicativo.

Como ferramenta para a inserção e transformação social, o ser humano precisa utilizar a linguagem. É por meio dela que se estabelecem elos, que se trocam ideias e transformam-se saberes, que se firmam todas as relações sociais. É por meio dela que as tantas informações na ordem do já posto podem se transformar em conhecimento. A linguagem, nessa perspectiva, é a chave que desencadeia todo e qualquer processo de transformação. Ao desenvolver tão importante tarefa, ela assume a função de democratização de toda a pluralidade de ideias e interesses presentes em âmbito social, sendo também a difusora de experiências, de inovações, vontades e sentimentos.

(Re)significar a função da linguagem com o profissional catador é, então, trabalhar com o que de mais verdadeiro e intrínseco ele possui: o poder da palavra. É valorizar o seu universo e com ele interagir em posição de igualdade e, simultaneamente, mostrar-lhe que é possível aprimorar, que existem outros padrões linguísticos e que cada situação requer uma maneira de se expressar. Assim, o objetivo deste texto é discutir o poder constitutivo da linguagem independente do contexto em que o sujeito se insere.

O trabalho desenvolvido na busca do empoderamento pela linguagem, no projeto citado, advém, então, da convicção da necessidade de uma relação interpessoal ética entre educador e educando, com um trabalho comprometido e ações pedagógicas que ultrapassem os discursos vazios e a teorização, pois, conforme Freire (1991, p.118):

O professor deve ensinar. É preciso fazê-lo. Só que ensinar não é transmitir conhecimento. Para que o fato de ensinar se constitua como tal, é preciso que o ato de aprender seja precedido do, ou concomitante ao ato de aprender o conteúdo ou o objeto cognoscível, com que o educando se torna produtor também do conhecimento que lhe foi ensinado.

Cientes disso, como educadores comprometidos com o fazer libertador, temos como proposta metodológica, divulgar a necessidade de se trabalhar de forma Inter/Trans/Multidisciplinar para atingir os objetivos propostos. Quando se trabalha com adultos é preciso considerar e organizar o vasto conhecimento que os envolvidos possuem, pois todos somos sujeitos constituídos ideologicamente, porta-vozes de uma sociedade extremamente excludente, e que na qual é preciso fazer a diferença. Mas, afinal, como fazer isso? Freire (2002b, p. 67) declara que a educação deve ser exercida pelos que “verdadeiramente se comprometem com a libertação, com a promoção de sujeitos que não são vazios, mas que se enchem dos conteúdos do mundo, de forma consciente e intencionada para transformar-se e ao seu *lócus*”. Ter essa consciência já é um bom começo.

Em se tratando da linguagem, vale retomar Aguiar (2004, p. 54), para quem “A linguagem é múltipla, e convive no seio da sociedade os mais variados códigos. A combinação desses códigos promove a interação dos seres humanos, e a expressão de seus pensamentos e de seus sentimentos mais profundos.” Essa interação ocorre quando um sujeito entra em contato com outro por alguma forma de linguagem, nunca por acaso, mas com algum objetivo que deve ser considerado. É esta a proposta de discussão deste texto.

Algumas questões sobre o Poder da Linguagem à inclusão social

O homem é um ser social que necessita interagir, comunicar-se. A linguagem é a mais antiga forma de comunicação. Desde os primórdios, a arte rupestre já era usada como sistema de comunicação. Por meio dela, tem-se a noção de como eram os costumes do *homo sapiens*, rituais religiosos, suas lutas, vestimentas e utensílios domésticos. Levando em consideração que a maneira de descobrir o significado de cada pintura é equivalente em todos os locais do mundo em que elas são encontradas, é necessário, antes de tudo, compreender o código, encontrar o significante, para dar sentido ao signo representado naquelas pedras (GONDIM, 2015). Nesse sentido, a busca pelo conhecimento é uma atividade exclusivamente humana, em que o ser humano, além de perceber, deseja

apreender e interpretar. Esse interesse em buscar conhecimento o fez evoluir, fazendo com que a linguagem utilizada também evolua. E, nesse processo evolutivo, é justamente a consciência de que ele se diferencia dos outros animais pela fala e se legitima pela escrita, interpelado pela ideologia, que o retira do patamar de indivíduo, transformando- em sujeito.

A educação linguística de cada indivíduo começa logo no início de sua vida, quando, em suas interações com a família e a comunidade, adquire sua língua materna e, junto com ela, progressivamente, toda uma cultura de linguagem característica de seu meio social (BAGNO & RANGEL, 2005). Então, logo ao nascer, o ser humano já se comunica de formas diversas, sendo que aprende a língua materna de forma natural e, conforme cresce, começa a participar ativamente da sociedade em que vive. Desse modo, ter o domínio da linguagem, tanto oral quanto escrita, é um dos requisitos para o exercício da cidadania. Pelo domínio da língua é que o sujeito constrói conhecimentos, podendo, assim, argumentar com propriedade, defender suas ideias e exigir seus direitos como cidadão ativo, em uma nova ordem social. Nesse sentido, Bonamigo (2000) descreve uma concepção de cidadania, sendo que essa definição perpassa a proposta de trabalho do projeto por nós desenvolvido. Sendo:

A cidadania, como prática de reivindicação de apropriação de espaços para fazer valer direitos, não obstante sua visível automatização, é imprescindível como fundamento de uma nova ordem social, encontrando seu aporte na democracia participativa, em cuja essência reside a supremacia da vontade popular. Se o único poder legítimo é o que emana da vontade dos cidadãos, a participação caracteriza a expressão da liberdade (BONAMIGO, 2000, p.14).

Ainda nesse sentido, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), a linguagem verbal possibilita influenciar o outro e estabelecer relações interpessoais anteriormente inexistentes, pois possibilita comunicar ideias, pensamentos e intenções de diversas naturezas, além de promover a representação e regulação do pensamento e da ação. Isso tudo possibilita que o homem represente a realidade física, conservando um vínculo muito estreito com o pensamento.

Contrapondo a isso, nem todas as pessoas têm a mesma oportunidade de frequentar o ensino escolar regular. As mesmas, ao longo da vida são excluídas por repetirem formas linguísticas do seu meio de convívio, os quais não fazem parte da língua padrão, ensinada e considerada pela escola. Isso faz com que, cotidianamente, o sujeito não manifeste desejo de se expressar, de argumentar e de posicionar-se. Por isso, na prática desenvolvida no projeto, tem-se como base teórica Barthes (1981), para quem é

preciso ressignificar os subsídios necessários para o trabalho com a linguagem, considerando esse uso - seja pela fala, leitura ou escrita- como uma busca, uma investigação do mundo ou de si mesmo, uma busca que deve proporcionar poder e prazer.

Esse preconceito sofrido pelo cidadão é chamado de preconceito linguístico, que se caracteriza quando a pessoa é menosprezada porque apresenta fala e pronúncia diferente do que o ambiente em que está inserida. E, para piorar, o ambiente escolar, por ser o local onde se prioriza a forma culta da língua portuguesa, é o local em que esse preconceito se acentua. Qualquer manifestação que escape do triângulo “escola-gramática-dicionário” é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente” (BAGNO, 2005).

A escola define quem fala certo ou errado, separa os bons e os maus falantes. Isso mostra que, na prática, a diferença entre a língua falada e a língua escrita não foi totalmente compreendida por muitos docentes. Talvez, por isso que o preconceito linguístico seja tão difícil de ser combatido. E, no decorrer da vida, muitas pessoas não têm ciência de que foram vítimas desse tipo de preconceito, e como consequência dizem não saber, não poder e nem querer se pronunciar. Ou seja, o sujeito não se dá conta de que a ele foi negado o direito a apropriar-se da própria língua e do poder que ela oferece, justamente no contexto pensado para fazer o contrário: a escola.

Como resolver isso? Para se combater qualquer preconceito deve haver a aceitação de que ele existe, isto é, de que ele causa danos para determinadas pessoas e para a sociedade de forma geral, assim como o preconceito sexual, racial ou religioso. Vale ressaltar que o preconceito linguístico é sutil, é velado, é dissimulado facilmente, não é punido, e, neste processo, causa grandes males à sociedade, como por exemplo, a exclusão social (MENDONÇA, 2012).

Segundo Görski & Coelho (2010), na questão do ensino, no que diz respeito a uma concepção de língua, de forma geral, ela ainda é definida como um sistema homogêneo, portanto histórica e socialmente descontextualizada, já que desvinculada de seus usuários. No cotidiano escolar, as atividades didáticas, nesse tipo de abordagem, costumam ser basicamente classificatórias, conduzidas pelas noções de “certo” e de “errado”, em que certo é o que está de acordo com as regras gramaticais, e os demais que não estiverem de acordo com essas regras são considerados de erros. Essa situação, ainda que identificada como “tradicional”, é encontrada nos dias atuais, sendo que a consequência mais avassaladora é a reprodução do modelo sociocultural dominante que enfatiza as desigualdades sociais, considerando as diferenças como deficiências.

Nesse sentido, Bagno (2005, p.) não podemos cometer o erro milenar dos gramáticos tradicionais de estudar a língua como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas que a utilizam. A linguagem é algo em constante renovação, é

uma ciência viva, pois acompanha a evolução humana, uma vez que sua existência é baseada nos seres que a utilizam, quer seja em sua forma oral, quer seja em sua forma escrita.

Assim sendo, não há como pensar em inclusão se não for conferido uma educação de qualidade, na qual o direito à expressão deve ser base do trabalho desenvolvido. Não há como fazer a diferença na vida de um sujeito aprendente sem garantir-lhe espaços para a argumentação, à reflexão e à crítica.

A metodologia e os resultados obtidos no empoderamento pela linguagem

A fim de (re)significar a ensino de língua portuguesa e melhorar o poder de argumentação daqueles que outrora foram excluídos do meio escolar, em 2016, surge o Projeto "Educação Formal às Famílias do Projeto Profissão Catador: Organizando Saberes para a Formação Cidadã", sendo desenvolvido, inicialmente, na Associação do Bairro Jardim Primavera, da cidade Cruz Alta - RS, com a proposta de implantação, gradativa, nas demais associações atendidas pela Universidade de Cruz Alta.

As associações de catadores foram instaladas pelo Projeto Profissão Catador a partir do ano de 2010, buscando o fortalecimento das associações. Ele tem por base a Lei Federal nº 12.305/2010 que ratifica a importância das cooperativas e associações de catadores. O projeto é desenvolvido pela Universidade de Cruz Alta em parceria com a Prefeitura Municipal, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania, Petrobrás Socioambiental e Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Dele fazem parte quatro associações já instaladas no município, localizadas nos seguintes bairros: Bairro dos funcionários, Acelino Flores, Jardim Primavera II e Progresso e outras quatro em municípios vizinhos (VIRGOLIN, DA SILVA & DOS SANTOS, 2016).

Em encontros realizados na associação, em forma de voluntariado na extensão, constatou-se a baixa escolarização dos integrantes do Projeto Profissão Catador. Também foi possível perceber como a educação formal é uma necessidade dos associados, e que estes têm vontade e desejo de retomarem seus estudos. Diante dessa constatação, alertou-se à necessidade de que essa população fosse incluída em programas educacionais, de responsabilidade do Estado. Por isso, foi decidido estimular e preparar os mesmos para poderem fazer as provas no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Érico Veríssimo/Cruz Alta - RS (NEEJA), a fim de concluírem seus estudos.

Isso posto, verificou-se a vontade e interesse dos mesmos em aprimorar o uso argumentativo da linguagem, percebendo-a como forma de poder, depois de algumas oficinas lá realizadas. Sim, pois a língua nunca é neutra, mas sempre forjada no contexto do mundo social, embalada por relações de poder, pelas quais constitui representação e

simbolização, ainda que o falante só possua frágil consciência da origem social e ideológica da linguagem que utiliza, afirma Carboni & Maestri (2003).

As atividades do projeto são realizadas na Associação do Bairro Primavera e em salas da Inatecsocial (Incubadora e Aceleradora – Tecnológica de Negócios Sociais da Universidade de Cruz Alta), instalada no prédio da Unicruz Centro. Pontualmente, a proposta surgiu em uma conversa informal com a coordenadora da associação, que trouxe a solicitação dos demais para o retorno do trabalho que vinha sendo desenvolvido. A seguir, fez-se uma pesquisa sociocultural com os participantes do Projeto Profissão Catador, a qual mostrou dados preocupantes em relação à escolaridade dos profissionais catadores, pelo fato de a maioria não ter concluído nem o quarto ano do Ensino Fundamental.

Após isso, investigou-se o desejo de eles retornarem aos bancos escolares. E, então, constatou-se que a vontade de estudar existia, faltava, porém, motivação, disposição e tempo, considerando os problemas vividos e as tantas atividades desenvolvidas pelos mesmos. Os relatos descrevem o descrédito em si mesmo e na escola como instituição inclusiva. Segue o registro de alguns dizeres: "Eu não vou mais aprender."; "Eu já tentei, mas não me querem lá"; "Tentei ir para a escola, mas não deu certo"; "A escola é para alguns, não é para todos, não é para mim"; "A escola não me ensinou nada, a cadeia sim". Vale lembrar que "excluídos de fato e de direito, os pobres viram suas oportunidades educacionais se diluírem em um arsenal de dispositivos e argumentações mediante os quais se justifica sua baixa ou nula presença nos âmbitos educacionais" (GENTILI, 2009, p. 1061). Cientes disso, foi preciso repensar a relação estabelecida com o contexto escolar, que os excluiu. Então, foi decidido oferecer encontros no próprio espaço de trabalho dos envolvidos, pois é preciso conhecer e interagir com o educando adulto para poder fazer a diferença em sua vida. Arroyo (2006) assegura que as políticas públicas, a escola e o educador precisam estruturar o ensino de jovens e adultos pautados em uma educação que prime pelo fazer social, do pensar social e do agir social, muitas vezes, fora dos muros institucionais. Para ele:

O foco para se definir uma política para a educação de jovens e adultos e para a formação do educador da E.J.A. deveria ser um projeto de formação que colocasse a ênfase para que os profissionais conhecessem bem quem são esses jovens e adultos, como se constroem como jovem e adulto e qual a história da construção desses jovens e adultos populares (ARROYO, 2006, p. 25).

Na prática, o projeto consiste em encontros semanais, com temáticas diversas, sempre voltadas à realidade dos participantes. Não são aulas no formato tradicional, mas encontros que vão muito além, pois outras atividades foram pensadas quando na sua implantação, além do que muitas ações são desenvolvidas a partir das necessidades que vão surgindo. Todos os participantes são adultos e isso coloca ainda mais responsabilidade sobre os professores mediadores, pois os alunos precisam ser motivados, já que algo na trajetória escolar falhou. Os jovens e adultos são sujeitos que, com sofrimento e dificuldade, já escreveram parte de suas histórias, mesmo que no anonimato. Segundo Arroyo:

Os jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias coletivas. As mesmas de seus pais, avós, de sua raça, gênero, etnia e classe social. Quando se perde essa identidade coletiva, racial, social, popular dessas trajetórias humanas e escolares, perde-se a identidade da EJA e passa a ser encarada como mera oferta individual de oportunidades pessoais perdidas. As trajetórias humanas e escolares desses jovens-adultos merecem ser lidas nessa perspectiva. Assumida esta dimensão: direitos negados historicamente aos mesmos coletivos sociais, raciais, conseqüentemente teremos de assumir a EJA como uma política afirmativa, como um dever específico da sociedade, do Estado, da pedagogia e da docência para com essa dívida histórica de coletivos sociais concretos (ARROYO, 2004, p 25).

Considerando que a história (d)escrita pelos participantes é repleta de frustrações, medos e limitações, em cada encontro é trabalhado dinâmicas, com ênfase no positivo e no futuro, as escritas promovem um corte com o passado, que marcou a exclusão dos associados catadores da escola. Busca-se apagar o sentimento de que, em algum momento, não corresponderam as próprias expectativas, as da família ou até de algum professor. A escrita informalizada é promovida a cada encontro, pela qual eles vão se dando conta que são capazes, que têm domínio do registro e que estão recebendo formação, até porque “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal” (NÓVOA, 1995, p.21).

Por isso, a atuação do professor mediador deve ser iniciada a partir do conhecer, ouvir e entender os seus alunos. A perspectiva prevista está atenta ao que é realmente

necessário aprender, a disposição de o aluno aprender, além de suas dificuldades. O alerta a ser dado é que esse “novo aprender” irá possibilitar aos alunos uma voz que, em muitos momentos, eles ainda não possuíam, não pela falta de oportunidade ou vontade, mas pelo medo que a educação, da qual outrora foi privado ou se privou, seja insuficiente para que ele seja, de fato, ouvido. Para pensar a necessidade de interação entre professor e aluno, vale destacar Freire, para quem:

O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (FREIRE, 2004, p. 68).

O tema abordado traz à tona o questionamento acerca da realidade, a reflexão sobre a sociedade e sobre o próprio sujeito silenciado. Assim, antes de conhecimentos específicos, o trabalho com a linguagem precisa saber das motivações humanas, conhecer seu interlocutor e ter noção de sua responsabilidade como facilitador no processo de aprendizagem. É preciso convencer os participantes de que o trabalho com a linguagem será diferente daquele que o excluiu, ou seja, no projeto desenvolvido “Ninguém tem que ser obrigado a ler ou escrever nada. Ler e escrever são direitos de cada cidadão, não são um dever. Essa prática é alimento do espírito. Iguazinho a comida, que deve ser de boa qualidade e quantidade adequada” (MACHADO, p.74).

Quando se trabalha com sujeitos trabalhadores, no caso, com os profissionais catadores, deve-se ter em mente que a experiência de vida é fator determinante entre querer ou não modificar o modo de falar, de argumentar, pois enquanto adultos, tornam-se prontos a aprender quando julgam que o que está lhe sendo oportunizado auxiliá-lo-á a superar os desafios da vida real. De acordo com Carvalho, (1989, p.10), “Sem o diálogo entre o trabalhador e o conteúdo real da aprendizagem, sem o diálogo entre a prática profissional e a prática escolar, não haverá possibilidade de que o conhecimento adquirido através do cotidiano profissional seja trabalhado a partir da prática escolar”.

De acordo com o contexto social, tem-se como objetivo a busca pelo empoderamento do sujeito pelo uso da linguagem. Dessa forma, a prática pedagógica deve ser comprometida e compreensiva, visto que, ao assumir uma modalidade de ensino marcada pela exclusão, a busca de uma plena inclusão requer a constituição de caminhos

inversos. A construção destes novos caminhos requer, conforme consta na Declaração de Hamburgo (1997, p.19), “repensar o conteúdo, de forma a refletir certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas”.

Ao longo das atividades realizadas, nota-se que há uma curiosidade insaciável, uma vontade aguçada; os participantes aguardam o dia do encontro com alegria, mas também com ansiedade. Eles cultivam o medo de não conseguirem formalizar um discurso sobre o tema a ser abordado, apesar de conhecerem o assunto. Por isso, a cada novo encontro, é preciso reforçar que eles sabem muitas coisas e que os professores mediadores estão lá para formalizar esse saber. Isso se deve ao fato de eles, em algum momento de suas vidas, terem sido convencidos de que não “foram feitos para o estudo”, conforme relatos orais e também escritos. Pela escrita semanal, trabalha-se o auto reconhecimento, pois entendemos o escrever como uma possibilidade de o sujeito desvelar-se de forma prazerosa e satisfatória, pois é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1972, p. 288).

A cada semana é necessário pensar os encontros em forma de ciclo, pois há uma disparidade de saber formal, postura e idade. Alguns, os mais jovens, possuem um saber escolar maior, leem e escrevem sem dificuldade. Há também aqueles que ainda apresentam dificuldades na decodificação das letras, tanto na leitura como na escrita. Ressalta-se, porém, que a vontade, participação e expectativa em aprender evidenciam-se muito mais no segundo grupo, mostrando, assim, que ainda há um longo processo de aprendizagem a se seguir. Os desafios são vencidos de forma gradativa, considerando as possibilidades individuais, bem como os anseios, buscas e limitações específicas.

Por meio desse empoderamento, os participantes do projeto terão maior domínio da fala em situações rotineiras em que haja a devida exposição. Tem-se como exemplo, situações perante entrevistas, buscas em órgãos públicos, na comercialização dos produtos produzidos por eles, palestras escolares. E acima de tudo, eles acreditam piamente que argumentação organizada poderá convencer as pessoas em relação à necessidade e a importância da separação do material reciclável para a sustentabilidade do planeta terra.

Destaca-se, ainda, que o trabalho com a linguagem tem aumentado a coragem dos envolvidos a se pronunciarem, rompendo com a falsa noção anterior de que eles não sabiam, não podiam e não deviam se manifestar. A noção do poder que a linguagem oferece tem mudado a postura dos participantes, tornando-os mais confiantes, e, conseqüentemente, exibindo uma notória elevação de autoestima, por se sentirem valorizados e atendidos nas suas necessidades e interesses.

As ações realizadas por meio do projeto deverão contribuir para a inclusão social dos participantes da associação. Destacam-se os impactos da educação para o

desenvolvimento pessoal e profissional, refletindo-se na qualidade de vida dos profissionais catadores. A presença de outros profissionais de diversas áreas, ofertando oportunidade de novos aprendizados, é valorizada pelos participantes do projeto, que demonstraram satisfação em participar das dinâmicas e das atividades propostas.

Britto (1997, p.23) sintetiza que o papel dos educadores informais “deve ser o de permitir a emergência de sujeitos críticos, capazes de investigar, descobrir, articular, aprender, em suma, capazes de, a partir de objetos do mundo conhecidos, estabelecer uma relação inusitada entre eles”. Conforme o autor, não é por acaso os altos índices de evasão escolar, pois, muitas vezes, o professor adota posições teóricas que acabam por anular a capacidade que o aluno tem de adequar sua linguagem às diversas circunstâncias, com base apenas em objetivos operacionais. Assim também não é por acaso que, conforme depoimentos emocionantes, os participantes do projeto declaram que “Anos a fio tentaram ir para a escola para aprender a falar direito”, como se essa possibilidade fosse a chave para ser aceito socialmente. Declaração essa que abre a discussão do que seria falar direito.

Considera-se, portanto, que a educação com adultos, pela essência do trabalho realizado pelo professor, indica mais do que a escolarização propriamente dita, mas a possibilidade de mudança pelo exercício pleno da cidadania que deve propiciar garantia de igualdade, de estudo, de maior poder de escolher e de agir na sociedade.

Considerações finais

Organizar um espaço educativo que rompa com o silêncio do sujeito para que ele possa manifestar suas vontades, seus sonhos e angústias, bem como prepará-lo para lutar pelos seus direitos, deve ser o objetivo de toda e qualquer modalidade de ensino. Este é o objetivo do projeto: Trabalhar de forma a contribuir para que os sujeitos do grupo envolvido possam ter autonomia e vivência cidadã. Isso porque, é por meio da educação que o sujeito pode sentir-se livre da opressão, da ignorância cognitiva e da invisibilidade social. É esse o percurso que legitimará o seu conhecimento informal, como possibilidade de inclusão.

A inclusão social se dá pelo direito à educação. Esse é o caminho na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Temos como base o conceito de inclusão, advindo da educadora Maria Teresa Égler Manto (2003), para quem incluir é usar da nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes, pessoas de outros níveis sociais e econômicos diferenciados, sujeitos com sonhos, percursos de vida e culturas distintas.

Compartilhados no projeto, como resultado do desejo em incluir, destaca-se o ato de aprender e ensinar como não separáveis, os quais se dão em torno da busca pelo saber e não pela obrigatoriedade de participação. Dessa forma, pela efetiva frequência semanal, fica

evidente que a maioria tem clareza da contribuição para sua vida que a melhora da sua oralidade e escrita representam.

É preciso, por isso, motivá-los a querer, mas, querer mesmo. É inegável o fato de que a cultura da atual sociedade ainda marginaliza pessoas que não pertencem aos padrões estabelecidos pela sociedade letrada, na qual, inclusive, a língua é palco privilegiado da luta de classes, expressão e registro dos valores e sentimentos contraditórios de exploradores e explorados.

Assim, ao pensar o aprimoramento da linguagem pelo poder argumentativo dos profissionais catadores e suas famílias haverá contribuição para que eles possam ser incluídos nessa "tal sociedade", como sujeitos que também são seus membros e necessitam ter voz e vez para expressarem-se diante de suas necessidades de forma geral. Zilberman (1993, p.87), há décadas, coloca que "É importante, sobretudo, que o ato de falar, ler e escrever ao mesmo tempo em que funcione como um instrumento de integração do sujeito ao meio, (...) conduza-o a refletir sobre a realidade, posicionando-se criticamente diante da mesma.

Nessa busca, o professor deve ser um sujeito mediador de vontades, um motivador de aprendizagens e da busca do conhecimento, aquele que tem nas mãos o poder de transformar a atual realidade, e acima de tudo aquele que orienta e respeita seus alunos em qualquer situação, nunca desistindo de uma educação eficaz, inclusiva e transformadora.

Todos os homens e mulheres são iguais perante a Lei, independentemente da cor, raça, religião ou classe social, tendo o direito de educar-se de forma igualitária, para que aprendam a viver na sociedade de forma correta e digna, usufruindo de seus direitos e cumprindo seus deveres. A mudança é possível. No entanto, é preciso pensar a educação, seja ela formal ou não, como busca a inclusão social, à libertação e à autonomia do sujeito para que ele consiga sua emancipação. Por isso, as ações planejadas e concretizadas no projeto de extensão buscam ultrapassar as fronteiras da "sala de aula", derrubando os muros escolares e suas limitações. Assim sendo, o que vai oportunizar, na prática, a inclusão social tão discutida de forma teórica é a inclusão e o empoderamento pela linguagem.

Uma coisa é certa: a educação inclusiva, a qual o projeto almeja, acolhe todas as pessoas, sem exceção. Porém, só pode falar em inclusão quem se dispõe "a estar com", "quem interage com o outro", quem possibilita algo para emancipar o sujeito. Mas, afinal, o que é emancipar? Para Rancière (2011, p.12), emancipar "é forçar, motivar, cobrar uma capacidade que se ignora ou se denega até apostar no outro".

A ética que perpassa o trabalho desenvolvido pelo tripé Ensino, Pesquisa e Extensão na Unicruz é uma aposta no outro, com certeza.

Referências

AGUIAR, Vera Teixeira de e BORDINI, Maria da Glória. **Literatura e Formação do leitor: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

AGUIAR, Vera Teixeira. **O verbal e o não – verbal**. São Paulo: Unesp, 2004.

ARROYO, Miguel. Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2005.

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. **Tarefas da educação lingüística no Brasil**. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v5n1/04.pdf>>. Acesso em: 03 de set. 2017.

BONAMIGO, Rita Inês Hofer. **Cidadania: Considerações e Possibilidades**._Porto Alegre: Ed. Dacasa, 2000.

BENVENISTE, E. Problemas da Linguística Geral. São Paulo. Ed. Moderna, 1972.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental - **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. BRASÍLIA: MEC/SEF, 1998.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical**. Campinas-SP, s/n, 1997.

CARBONI, Florence; MAESTRI FILHO, Mário José. **A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes**. Editora Expressão Popular, 2003.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS, V: 1997, Hamburgo, Alemanha. **Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro**. Brasília: SESI; UNESCO, 1999. 67p. Disponível em: . Acesso em 13 Nov. 2007.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. Educ. Soc. [online]. 2009, v. 30, n. 109, p. 1059-1079. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01013302009000400007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 jan. 2012.

GONDIM, Caline Galvão. **Pinturas rupestres**: a representação da imaginação do homem primitivo. *Temática*, v. 8, n. 4, 2015. Disponível em:<<http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/23751/13038>>. Acesso em: 03 de set. 2017.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. **Variação linguística e ensino de gramática**. Working papers em Linguística, v. 10, n. 1, p. 73-91, 2010. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2009v10n1p73/12022>>. Acesso em: 05 de set. 2017.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MACHADO, A.M. **Livros infantis criando pontes entre gerações**. Em *Leitura em Revista*. São Paulo. Governo do Estado de São Paulo. Brasil. 2003.

MENDONÇA, Jéssica Teixeira De. **O ensino de língua portuguesa e a sua relação com a inclusão/exclusão social**. 2012. Disponível em<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosiel/wp-content/uploads/2014/07/volume_2_artigo_151.pdf>. Acesso em: 04 de set. 2017.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

NÓVOA, Antônio. (org.). **Os professores e sua formação**. Portugal, Dom Quixote:1995.

RANCIÈRE, Jacques. **O Mestre ignorante**. Cinco lições sobre emancipação intelectual. Trad. Lilina do Valle. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIRGOLIN, Isadora Wayhs Cadore; DA SILVA, Enedina Maria Teixeira; DOS SANTOS, Rozali Araújo. **Relato de experiência sobre o projeto profissão catador: O lixo como fonte de trabalho e cidadania.** Diálogo, n. 31, p. 13-29, 2016.